

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Entrada no funcionalismo tem porta democrática, mas educação desigual torna concorrência desleal3

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Migração de servidor tem prazo prorrogado 5

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pais investem mais em Previdência para os filhos 6

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: veja quem recebe aposentadorias e pensões de outubro nesta sexta-feira 8

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Agências do INSS não abrem nesta sexta-feira 9

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF mantém liberação de consignado no Auxílio Brasil 10

AQUI - DF - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Superávit de R\$ 11 bilhões 11

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO PÚBLICA
SEGURIDADE SOCIAL

Cancer de mama e direitos das mulheres 12

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Novos idosos (Editorial) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desemprego em queda 14

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo: o que é aumento real e o que pode mudar em 2023? 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

ONU cobra ação do Brasil contra o efeito estufa 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

TSE acelera retirada de conteúdos falsos na reta final do segundo turno 19

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
ECONOMIA

BC: taxas de juros seguem em patamar elevado 21

Sexta-Feira, 28 de Outubro de 2022

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Famílias estão mais endividadas 22

Entrada no funcionalismo tem porta democrática, mas educação desigual torna concorrência desleal

Emerson Vicente Tatiana Cavalcanti

O Brasil conta com 10,8 milhões de **servidores públicos** -que celebram seu dia nesta sexta-feira (28)- nas esferas federal, estadual e municipal. Apesar de o concurso se manter como um meio democrático para a entrada no funcionalismo, a educação desigual no país torna a concorrência desleal. Para especialistas, quem teve uma base de formação mais forte larga na frente.

Para Gustavo Fernandes, professor de administração pública da FGV/Eaesp (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), concurso é a escolha de uma "elite burocrática" para conduzir os serviços públicos.

Porém, segundo o professor, uma das principais questões é saber o quanto o processo de seleção é acessível para quem deseja entrar no serviço público.

"A gente coloriu essa elite, tentou transformá-la um pouco para mais parecida com as características gerais da população brasileira, mas seguramente está muito aquém. Para tornar as pessoas mais competitivas teria que melhorar a educação básica, que continua extremamente desigual", diz Fernandes.

Ao longo dos anos, foram adotadas medidas para melhorar a inclusão no setor público. A implementação da lei que destina 20% das vagas abertas da administração federal para candidatos negros, por exemplo, mostrou algum resultado.

De acordo com dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre 2013 e 2014, o número de servidores negros que ingressou na administração pública passou de 32,1% para 41,8%. Porém, o próprio órgão ressalta que é precoce associar o crescimento à política de cotas, pois servidores que tomaram posse podem ter prestado concurso antes da lei.

"Mas não houve uma mudança realmente profunda porque a base na qual as pessoas são selecionadas continua profundamente desigual", diz Fernandes. Para ele, o avanço nos últimos 20 anos foi muito menor do que o esperado.

Sirlene Santos dos Reis, coordenadora do Creas-Sé (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), da Prefeitura de São Paulo, afirma que foi a primeira negra a trabalhar como analista em desenvolvimento social na unidade em 2019, quando assumiu o posto cinco anos após o concurso.

Ela diz que deve seu ingresso às cotas. "Na colocação geral, fiquei em 1.200 mais ou menos. Nas cotas, em 74. Se não fosse isso, talvez não teria entrado. É bom lembrar que a exigência técnica é a mesma dos não cotistas."

Nos ensinamentos fundamental e médio, Sirlene estudou em escolas públicas, mas fez cursinho por dois anos para entrar na Unesp. Para ela, a base educacional devia ser igualitária.

Vanessa Campagnac, gerente de dados e comunicação da República.org -instituto que atua na pauta da melhoria da gestão de pessoas do serviço público brasileiro-, entende que a ausência de uma educação mais inclusiva na base favorece aquelas pessoas que tiveram mais oportunidades.

"A tendência é que, tendo uma educação de base com mais diversidade, com mais oportunidades para as populações mais vulneráveis, isso possa incluir essas pessoas lá na frente nos concursos públicos, em vagas em universidades públicas, em outros postos de trabalho, inclusive no meio privado."

Em maio, quatro anos após prestar concurso, a assistente administrativa de gestão Alexya Costa, 46, foi convocada para trabalhar na Prefeitura de São Paulo, após mais de 20 anos em um órgão federal. Ela é uma mulher trans.

"No meu antigo trabalho, as portas se fecharam quando eu solicitei a alteração do meu nome [de nascimento] no crachá para meu nome social. Tive imensa dificuldade para conseguir, fui muito firme. Não estava pedindo autorização e sim exercendo o meu direito", afirma Alexya.

Apesar de considerar a entrada no funcionalismo

público democrática, ela afirma não ter outros colegas LGBTQIA+ no trabalho.

"É raro uma travesti no serviço público, nunca vi. Pessoas trans ainda são quase tão raras quanto travestis. Muitos motivos afastam esse público de um concurso, como o medo da violência e o receio de ser julgado."

O professor da FGV vê o concurso público no Brasil, em geral, pouco capaz de avaliar a capacidade do indivíduo desempenhar a função para a qual ele foi selecionado.

"O que se discute hoje é como conseguir não apenas contratar pessoas que tenham grande capacidade de exercer a função, mas também pessoas que tenham potencial de desempenhar outras funções no futuro. O que é ignorado no Brasil é a capacidade de avaliar pessoas que tenham espírito público, que estão em busca de uma missão, que querem trabalhar no serviço público."

Vanessa Campagnac entende que um concurso público que leva em consideração outras competências que não somente uma prova escrita seria benéfico, além de fortalecer o espírito público.

"Um processo seletivo mais qualificado pode garantir que se traga servidores mais vocacionados, com mais espírito público para aquela função que vai desenvolver."

Vocação foi o que levou o analista de políticas públicas e gestão governamental Luiz Carlos Lopes, 60, a prestar concurso em 2015, quando ele foi aprovado pela Lei de Cotas.

Mas antes de se tornar funcionário público, Lopes trabalhava na administração governamental desde 2009 em cargos de confiança no estado e no município. Atualmente, está na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

Para ele, que é tetraplégico em decorrência da poliomielite, essa convivência ajudou na adaptação. "Como eu já trabalhava no serviço público, facilitou um pouco. Existe uma preocupação em tornar os concursos mais inclusivos."

No trabalho, Lopes tem acesso a recursos que facilitam seu dia a dia, como um mouse e um teclado virtuais para escrever.

O jornalista Gilberto De Nichile, 84, é o funcionário mais antigo da Prefeitura de São Paulo. Aposentado há 15 anos, ele pega o metrô todos os dias para trabalhar na região central.

De Nichile brinca que convive com muitos jovens e é o bisavô da Secretaria de Cultura, onde atua desde 1976. "O que mais gosto daqui são os personagens com os quais vamos convivendo, não só colegas, como os artistas. São pessoas interessantes, que fogem do padrão."

Bolsonaro sanciona novo prazo para servidor aderir à **previdência complementar**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou nesta quinta-feira (27) o texto da medida provisória que reabriu até 30 de novembro o prazo para que **servidores públicos** em atividade migrem para o regime de **previdência complementar**-no âmbito do Funpresp. A MP havia sido encaminhada pelo governo Bolsonaro para o Congresso no fim de abril. No entanto, o texto sofreu algumas alterações durante a sua tramitação, em particular nos pontos relativos ao cálculo do benefício social. Essa foi a terceira vez que o prazo para migração do regime foi reaberto.

A lei que instituiu o regime de **previdência complementar** foi sancionada em 2012 e previa um prazo de 24 meses para a migração.

A data-limite havia sido modificada já em 2016 e também em 2019. O novo prazo de migração vale para servidores do Executivo que foram admitidos antes de 4 de fevereiro de 2013 e para os trabalhadores do Judiciário que entraram antes de 7 de maio de 2013.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50078>

Migração de servidor tem prazo prorrogado

O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei que estende até 30 de novembro o prazo para a migração de **servidores públicos** federais ao regime de **Previdência Complementar**, mudança que, segundo as novas regras, será "irrevogável e irretratável", segundo informou ontem, 27, a Secretaria-Geral da Presidência da República.

As informações são da Agência Brasil.

"Significativas alterações foram feitas para a concessão de aposentadoria, tendo em vista a necessidade de sustentabilidade do crescimento das despesas com os benefícios previdenciários diante do envelhecimento populacional", informou, em nota, a secretaria ao destacar a "necessidade de adequar a legislação infraconstitucional a essas inovações constitucionais".

Servidores interessados em aderir à **Previdência Complementar** precisam assinar o termo de adesão até 30 de novembro. "A sanção da norma possibilitará aos servidores a opção pela alteração na sistemática de aposentadoria dentro de padrões que mantêm a sustentabilidade da Previdência", diz a nota.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=123392#page/1>

Pais investem mais em Previdência para os filhos

Yamara Tovar

Pensando no futuro dos filhos, pais e mães estão cada vez mais preocupados em assegurar uma situação financeira confortável aos seus herdeiros.

Dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fena-previ) mostram que os planos que têm os menores de 18 anos como beneficiários receberam R\$ 1,75 bilhão em aportes de janeiro a agosto deste ano, um crescimento de quase 30% em comparação ao mesmo período do ano passado. Membro do Comitê Qualificado

de Conteúdo sobre Finanças e Investimentos do Ibef-ES, Douglas Niero aponta características da aplicação em Previdência Privada e o porquê ela pode ser tão atrativa

O especialista fala sobre o regime tributário regressivo, que pode se tornar interessante para os filhos. "Isto se dá pelo fato de que com 10 anos de aplicação, o montante atinge a alíquota mínima de imposto de renda, ou seja, 10%".

Niero comenta ainda sobre a possibilidade de se traçar um plano de sucessão patrimonial para os herdeiros. "Em caso de óbito, estes recursos são transferidos para os beneficiários sem que precise passar por inventário", diz.

O porta-voz da XP Investimentos no Espírito Santo, João Paulo Villarinho, explica que quem deseja seguir no mercado de investimento deve primeiro procurar a orientação de um especialista

"E preciso identificar o perfil investidor e essa informação depende de uma conversa que contempla vários aspectos", diz.

Villarinho diz que é importante saber qual objetivo do investimento (aposentadoria privada, viagem, futuro dos filhos, etc.), o valor que o cliente pode aplicar (mensal ou anualmente) e o tempo de rendimento. Assim, é possível definir qual o melhor modelo de investimento e o perfil investidor (con-

servador, moderado ou arrojado).

Ricardo Fadini, membro do Instituto Brasileiro de

Executivos de Finanças (Ibef) Social e criador do projeto Graninha Kids, explica o que considera ser uma tendência.

O profissional, que desenvolveu o projeto capixaba que direciona os pais sobre como ensinar finanças e empreendedorismo para os filhos, diz que é essencial ter este diálogo em casa. Ele comenta que a Previdência infantil é uma alternativa para os pais preocupados com o futuro a longo prazo dos dependentes.

Fadini esclarece que a aplicação é indicada "para quem quer proporcionar aos filhos uma boa experiência em poucos anos, como a realização de um intercâmbio ou o custeamento de uma faculdade".

"E preciso identificar o perfil investidor, e essa informação depende de conversa que contempla vários aspectos"

João Paulo Villarinho, porta-voz da XP

Você sabia ?

Protagonizada pela skatista Rayssa Leal, medalha de prata em Tóquio, a campanha da Bra-silprev vendeu mais de 100 mil planos de previdência para jovens em apenas 10 dias.

SAIBA MAIS

Previdência Privada

OQUEÉ?

A PREVIDÊNCIA PRIVADA é uma opção de aposentadoria que não está ligada ao sistema **INSS**, mas que pode funcionar de forma complementar à Previdência pública

É UM FUNDO DE INVESTIMENTO em que o patrimônio dos investidores é aplicado como forma de rentabilidade e proteção de capital.

OS INVESTIMENTOS podem ser pes-

soais ou para terceiros, como para os filhos.

Hpos de investimento

CONHEÇA ALGUNS PERFIS

DOUGLAS NIERO. do Ibf-ES. explica:

NOS INVESTIMENTOS conservadores (fundos de renda fixa), a faixa de retorno potencial no longo prazo pode ficar em torno de 110% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) bruto.

HÁ OS INVESTIMENTOS moderados, como fundos multimercados, que no longo prazo podem alcançar 120% do CDI bruto.

OS INVESTIMENTOS agressivos, que costumam explorar de alocações em ações, podem alcançar retornos de 130% do CDI bruto ou mais no longo prazo.

Caminhos para fazer previdência privada infantil

ESCOLHER O PLANO DE PREVIDÊNCIA

CONTRATAR a Previdência privada na instituição de preferência.

DEPOIS, escolher entre dois planos

oferecidos atualmente no Brasil: o PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres).

NO PGBL, o valor das contribuições é dedutível na declaração anual de Im-

posto de Renda (IR), limitado a 12% da renda bruta.

NESSE PLANO, no momento do resgate, o IR incide sobre o valor total depositado e sobre o rendimento do período.

NO VGBL, não é possível fazer dedução no IR. Mas, por outro lado, o imposto incide apenas sobre os rendimentos.

DEFINIR O MODELO DE TRIBUTAÇÃO

SÃO DOIS MODELOS: regressivo e progressivo.

NA TABELA REGRESSIVA, a cobrança de imposto diminui conforme o tempo da aplicação até o resgate.

JÁ NA TABELA PROGRESSIVA, O IR varia conforme o valor recebido, com alíquotas que vão de 0 a 27,5%.

Educação financeira em casa

COMO CONVERSAR COM OS FILHOS

A ECONOMISTA CECÍLIA ENTRINGER dá algumas dicas:

INTRODUZA O ASSUNTO aos poucos e adapte a linguagem de acordo com a idade da criança.

MESADA, SEMANADA ou quinzenada, o nome e a frequência variam de acordo com a idade do filho.

Fonte: Especialistas citados na matéria.

INSS: veja quem recebe aposentadorias e pensões de outubro nesta sexta-feira

Por Renata Baptista, g1

Existem mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país. - Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) paga, nesta sexta-feira (28), os benefícios referentes a outubro a aposentados e pensionistas que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 4.

Os pagamentos tiveram início na terça-feira (25). Já receberam aqueles que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 1, 2 e 3.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

O pagamento dos benefícios referentes a setembro será feito até o dia 8 de novembro, de acordo com o calendário abaixo:

Calendário de pagamento de benefícios em 2022 - Foto: Divulgação

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087; veja calendário de benefícios; Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, existem mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de

atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/28/inss-veja-quem-recebe-aposentadorias-e-pensoes-de-outubro-nesta-sexta-feira.ghtml>

Agências do INSS não abrem nesta sexta-feira

Felipe Nunes

FOLHAPRESS

As agências do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) de todo o país estarão fechadas nesta sexta-feira (28), devido à comemoração do Dia do Servidor Público. As unidades voltam a funcionar na segunda-feira (31), mas o atendimento será novamente interrompido na quarta-feira (2), feriado de Finados.

Alguns estados brasileiros adiaram o ponto facultativo para o dia 14 de novembro, véspera do feriado da Proclamação da República. Mas como os funcionários do **INSS** são servidores federais, eles seguem o calendário definido pela União, que manteve a data. Segundo o **INSS**, a Central 135 funcionará em horário normal nesta sexta. O segurado também pode utilizar os meios de atendimento eletrônicos.

No entanto, a central de atendimento telefônico não funcionará no dia 2 de novembro, por se tratar de um feriado nacional, diferente do Dia do Servidor, considerado um ponto facultativo.

O QUE FUNCIONARÁ?

No feriado, estarão disponíveis apenas os canais de atendimento eletrônico, ou seja, o site e aplicativo Meu **INSS**. A plataforma reúne mais de cem tipos de atendimento em um único ambiente.

SERVIÇO

CANAIS DE ATENDIMENTO REMOTO

Por meio do atendimento eletrônico do 135, é possível obter informações sobre o benefício, saber o horário em que foi agendado o próximo atendimento na agência ou ainda obter

informações sobre o pagamento.

As ligações para o 135 são gratuitas se forem feitas de telefone fixo. Quem usar o celular paga apenas o valor de uma ligação local.

Ainda segundo o **INSS**, as ligações de celular deixarão de ser cobradas. O início da gratuidade está atrasado, pois o serviço passou a ser obrigatório desde

setembro de 2021, quando o governo federal reconheceu o 135 como um serviço de utilidade pública.

Pelo Meu **INSS** é possível agendar perícia médica, emitir extratos de contribuições, consultar resultados de pedidos de benefícios e simular o tempo que falta para a aposentadoria.

Entre os serviços mais buscados pelos segurados estão a solicitação de extratos de pagamento e empréstimo e a consulta de benefícios.

Site: <https://dol.com.br/digital>

STF mantém liberação de consignado no Auxílio Brasil

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter a norma que amplia a margem de crédito consignado para beneficiários de programas sociais, como o Auxílio Brasil e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A modalidade permite que as famílias comprometam até 40% do valor total recebido - antes, o percentual era de 35%.

Na decisão, o ministro rejeitou o pedido de medida cautelar feito pelo PDT, que alegava que o acesso aos empréstimos consignados a beneficiários de programas sociais "ampliaria o superendividamento no País".

Para o partido, a medida "torna o beneficiário especialmente vulnerável, uma vez que parte da renda fica comprometida antes mesmo do recebimento".

No entanto, para Nunes Marques, os empréstimos são concedidos a partir de análise de crédito e de risco realizada por bancos privados ou públicos, com habilitação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ou ao Ministério da Cidadania.

O crédito consignado é aquele concedido com desconto automático das parcelas em folha de pagamento ou benefício. Por ter como garantia o desconto direto, esse tipo de operação de crédito pessoal é uma das que oferecem os menores juros do mercado.

Superávit de R\$ 11 bilhões

Michelle Portela

O Governo Federal registrou, em setembro de 2022, um superávit primário de R\$ 11 bilhões, de acordo com relatório apresentado ontem, pelo Ministério da Economia.

Este é o melhor resultado para o mês desde setembro de 2010. O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 28,9 bilhões, enquanto a **Previdência Social** (RGPS) apresentou déficit primário de R\$ 18 bilhões.

Se comparado a setembro de 2021, o resultado primário observado decorre da combinação de um aumento de 6,4% - ou R\$ 8,8 bilhões - da receita líquida e uma redução de 1,1% - ou R\$ 1,5 bilhão - das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento na arrecadação líquida para o RGPS em R\$ 1,5 bilhão e do aumento nas receitas não administradas em R\$ 14,2 bilhões.

O relatório aponta tais despesas foram parcialmente compensados pela redução nas receitas administradas em R\$ 560,1 milhões e pelo crescimento nas transferências por repartição de receita em R\$ 6,3 bilhões.

Cancer de mama e direitos das mulheres

O cancer de mama é o tipo de tumor que mais acomete as mulheres em todo mundo.

Segundo dados do Inca - Institute Nacional do Cancer, cerca de 2,3 milhoes de casos novos foram previstos para o ano de 2020. Este número representa cerca de 24,5% de todos os tipos de neoplasias diagnosticadas nas mulheres.

No Brasil, de acordo com o Inca, a expectativa é que cerca de 66.280 casos novos de câncer de marna ocorreram no ano de 2021, com um risco de 61,61 de casos a cada 100 mil mulheres. Diante destes dados, além de todos os cuidados com a prevengo, as mulheres precisam estar atentas a seus direitos, quando o assunto é Câncer de Marna.

A paciente com cancer, segundo a Lei n. 12.732/12, tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no SUS, no prazo de até 60 dias, contados do dia em que for assinado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica.

Já a Lei n. 12.008/09, garante o direito à prioridade na tramitação de processos judiciais dos quais for parte ou interessada. Também é garantido direito ao atendimento preferencial pela Defensoria Pública em relato aos services de assistência judiciária gratuita.

Pacientes com câncer seguradas pelo **INSS** tem direito, pela Lei n. 8.212/91, a auxílio-doença quando ficam incapazes de trabalhar por mais de 15 dias consecutivos.

Se, em razão do câncer, a mulher ficar com alguma sequela que configure incapacidade permanente, terá o direito à aposentadoria por invalidez, de acordo com a Lei n. 8.213/91.

A Lei n. 8.036/90 garante a mulher passa a ter direito ao saque do FGTS e do PIS/ PASEP com a confirmato do diagnóstico de câncer.

Mulheres com invalidez total e permanente, caso estejam inaptas para o trabalho, possuem direito à quitação do financiamento de imóvel habitacional, desde que a doença tenha sido adquirida após a assinatura do contrato de compra do imóvel, com a Lei n. 9.514/97.

No mês Outubro Rosa, além de ter a importância da preventivo do câncer de marna, existe a necessidade de entender melhor os seus direitos, caso um dia o

paciente precise. Caso haja alguma irregularidade no fornecimento do tratamento pelo SUS, a paciente deve procurar o Ministério Publico estadual para assegurar seu direito à saúde.

Se outros direitos da paciente com câncer forem violados, eia deve buscar auxilio de um advogado ou Defensor Publico. O site do Instituto Nacional de Câncer - INCA oferece diversas informações básicas para os portadores da doentja (<https://www.gov.br/inca/pt-br>).

Existem diversas associates de assistência às vitimas de câncer que oferecem auxilio para os portadores da doença, corno transporte e estadia para tratamentos em outras cidades, grupos de apoio, entre outros. (<http://www.aavceg.org.br/>).

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini>

Novos idosos (Editorial)

Por Daixon Maciel da Silva - ex-prefeito de Santo Antônio da Patrulha (RS) | Edição do dia 28/10/2022 - Matéria atualizada em 27/10/2022 às 22h24

Outubro rosa também é o mês do Idoso. Desde 1991, o dia 1º de outubro foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para comemorar esta fase da vida, mundialmente. A data busca sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento, destacando a necessidade de proteção e de cuidados para com essa população. O lema deste ano é "Resiliência das pessoas idosas num mundo em mudança". E quanta mudança!

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2050, uma em cada cinco pessoas terá 60 anos de idade ou mais, chegando a quase 2 bilhões de pessoas; isso representará um quinto da população mundial. Dados do Ministério da Saúde dão conta que o Brasil, em 2016, tinha a quinta maior população idosa do mundo, e, em 2030, o número de idosos ultrapassará o total de crianças entre zero e 14 anos. Esta tendência começou há cerca de 50 anos e é um reflexo da queda acelerada das taxas de fertilidade e do aumento da esperança média de vida a nível mundial, em grande parte do mundo, acompanhando o desenvolvimento socioeconômico (OMS, 2015).

Diante desses números e dessa nova versão do idoso, os governos precisam criar e acelerar políticas públicas voltadas para essa parcela da população que só cresce. Porque, além de crescer, ela também mudou seus hábitos e comportamentos, que precisam ser levados em conta, muito além da **Previdência Social**. Além de agir em prol dos "novos idosos" é preciso pensar nos idosos do futuro. Hoje, "novos idosos", com mais de 70 anos estão na ativa. São professores, médicos, empresárias, costureiras, jornalistas etc., que ainda desempenham todas as funções do mercado de trabalho. Boa parte dos que estão aposentados ou têm mais tempo disponível, assumiram a função de cuidadores dos netos. Educam, levam e buscam na escola e em outras atividades, se desdobram no dia a dia sem pedir nada em troca.

Os "avós modernos", "novos idosos", conseguem estabelecer conexões com as gerações futuras. Eles curtem um "cineminha" e interagem pelo Whatsapp, Facebook, Instagram e outras redes sociais. Também conhecida como Melhor Idade, a velhice deve ter recebido este nome, porque neste momento da vida realmente podemos fazer coisas boas, que quando

jovens, era impossível, pois o trabalho ou os filhos pequenos e outros compromissos não nos permitiam. Mas, a longevidade traz consequências, e, por isso, devemos nos preparar. Cuidar da saúde, das finanças e pensar no futuro é muito importante e, certamente, nos permitirá viver de fato a melhor idade.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5843>

Desemprego em queda

Fernanda Strickland

A taxa de desocupação, que mede o desemprego no país, chegou a 8,7% no trimestre encerrado em setembro, a menor desde o segundo trimestre de 2015, quando fechou em 8,4%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem pelo IBGE.

A queda representa 0,6 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior, terminado em junho (9,3%). O contingente de pessoas ocupadas - 99,3 milhões - cresceu 1% no trimestre e 6,8% no ano, batendo o recorde da série histórica, iniciada em 2012. Para a coordenadora da Pnad, Adriana Beringuy, a taxa de desocupação segue a trajetória de queda que vem sendo observada nos últimos trimestres. "A retração dessa taxa é influenciada pela manutenção do crescimento da população ocupada".

Já a população desocupada - 9,5 milhões de pessoas - chegou ao menor nível desde o quarto trimestre de 2015, com redução de 6,2% (menos 621 mil pessoas) no trimestre e 29,7% (menos 4 milhões) no ano.

Os dados mostram que houve crescimento de 1,3% no número de empregados com carteira assinada em relação ao trimestre anterior, totalizando 36,3 milhões de pessoas. Na comparação anual, o contingente cresceu 8,2%. Já o número de empregados sem vínculo empregatício formal no setor privado (13,2 milhões) foi o maior da série histórica, iniciada em 2012, com elevação de 13% (1,5 milhão de pessoas) no ano.

Outro recorde se deu no setor público, que cresceu 2,5% (291 mil pessoas), puxado pelos empregados sem carteira assinada (3,1 milhões) - também recorde -, que cresceram 11,6% (317 mil pessoas) no trimestre e 35,4% (799 mil pessoas) no ano. "Temos observado um ritmo acelerado no setor público nos últimos três trimestres em função, principalmente, da recuperação do segmento de educação e saúde", detalha a coordenadora.

A taxa de informalidade representa 39,4% da população ocupada, contra 40% no trimestre anterior e 40,6% no mesmo trimestre de 2021. O número de trabalhadores informais chegou a 39,1 milhões. Por agrupamento de atividades, cresceram, na comparação trimestral, administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais, e outros serviços. Os demais se mantiveram estáveis.

Beringuy destaca que, nesse trimestre, o comércio, embora tenha ficado estável, ainda mantém um contingente bastante importante de ocupação e permanece sendo uma importante atividade na absorção de mão de obra, com mais de 19 milhões de pessoas.

Segundo o doutor em sociologia política João Lucas Moreira, a economia deve fechar o ano com 3% de crescimento, com taxa de desemprego abaixo de 9% no próximo ano. "De modo geral houve melhora do cenário macroeconômico, comparado aos últimos três anos, que foram muito afetados pela pandemia da covid-19", analisou o acadêmico.

Para Moreira, o emprego clássico tem perdido espaço para novos modelos que vêm surgindo nos últimos 15 anos. "Essas novas formas têm contribuído para a queda do desemprego, programas como o Auxílio Brasil aumentaram a quantidade de dinheiro circulando na economia, isso tem impacto direto no consumo básico do dia-dia, na ida ao mercadinho da esquina, nas pessoas que vendem bolo ou comida pronta." Outro ponto que o especialista cita é a expansão fiscal implementada pelo governo, que faz com que mais dinheiro circule na economia. "Esses fatos estão inseridos no cenário econômico desafiador que o país vive, pois, no sentido macroeconômico, estamos quase vivenciando uma situação de pleno emprego. Cálculos do Ibre (instituto Brasileiro de Economia, vinculado ao IBGE) apontam que a taxa no Brasil de desemprego girando na casa de 8% indica pleno emprego para o cenário nacional." O economista do Banco Original Eduardo Vilarim avalia a Pnad a partir da contração dos empregados em posições mais frágeis (menos técnicos e/ou informais), como empregado no setor privado sem carteira assinada (-0,65%), trabalhador doméstico (-0,05%), trabalhador por conta própria (-1,01%) e o trabalhador familiar (-3,19%). "Esse quadro contribuiu para a queda da informalidade (39,4% ante 39,7% em agosto). O número seria positivo se considerássemos um cenário no qual os trabalhadores informais tornam-se formais."

Salário mínimo: o que é aumento real e o que pode mudar em 2023?

Do UOL, em Brasília

Na reta final da eleição presidencial, um tema passou a dominar a pauta: o reajuste real do salário mínimo. Mas o que é aumento real e quais as consequências de um reajuste maior ou menor do piso mínimo nacional?

O salário mínimo serve como referência para aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e hoje está em R\$ 1.212.

A Folha de S.Paulo revelou na semana passada um projeto do ministro Paulo Guedes (Economia) que prevê salário mínimo e aposentadoria sem correção pela **inflação** passada. A proposta seria apresentada logo depois do segundo turno em caso de vitória de Jair Bolsonaro (PL). Após a repercussão negativa, o governo mudou o discurso e passou a prometer o reajuste.

O que dizem os presidentiáveis? Após a polêmica provocada pelo projeto de Guedes, Bolsonaro levou o tema para o horário eleitoral gratuito e foi taxativo: Vamos garantir uma valorização do salário mínimo.

Lula trata o aumento do salário mínimo acima da **inflação** como uma das bandeiras de sua campanha. Retomaremos a política de valorização do salário mínimo visando à recuperação do poder de compra de trabalhadores, informa o plano de governo apresentado em junho.

O que é o aumento real? Isso ocorre quando o reajuste oferece um ganho acima da **inflação**. Se tenho uma cesta de consumo e os preços sobem com a **inflação** e o salário sobe exatamente com os preços, o poder de compra não muda, diz o economista Daniel Keller, da consultoria Una Partners. Ao aplicar uma fórmula com resultado maior do que a **inflação**, o pagamento passa a ter um reajuste real.

Qual regra fez o valor subir acima da **inflação**? O salário mínimo obedeceu a uma fórmula entre 2005 e 2018, diz Carla Beni, professora da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Durante os governos Lula, Dilma Rousseff e Michel **Temer**, o valor foi corrigido por um cálculo que considerava a **inflação** do ano anterior mais o crescimento do **PIB** nos últimos dois anos com

uma projeção para o ano seguinte.

Em 2011, Dilma transformou a regra em lei e instituiu uma política de valorização do salário mínimo até 2014. Ela repetiu a iniciativa em 2015 e estendeu a medida até 2019.

O que mudou? Desde 2019, não há mais uma lei atrelando o resultado do **PIB** à correção do salário. O governo Bolsonaro não elaborou um projeto de lei para substituir a lei anterior, que perdeu a validade. Na época, a avaliação foi de que o reajuste real prejudicaria as contas públicas, e a proposta para o salário mínimo passou a considerar apenas o reajuste pela **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Qual o salário mínimo para 2023? O valor previsto é de R\$ 1.302 no próximo ano. Na proposta de Orçamento de 2023 encaminhada ao Congresso, não está previsto reajuste acima da **inflação**. Se confirmado, será o quarto ano seguido sem reajuste acima da **inflação**. O governo ainda pode propor um novo montante até o fim do ano.

Como bancar uma nova política de valorização do mínimo? Abrir espaço nas contas públicas em 2023 vai ser um desafio para quem vencer a eleição no domingo. Os candidatos ainda não explicaram como vão fazer para conseguir fechar essa conta.

Quais as consequências de um reajuste acima da **inflação**? A principal justificativa para não conceder aumento real ao salário mínimo é a possibilidade de pressionar as contas públicas por causa do encarecimento dos gastos previdenciários, uma vez que parte significativa dos beneficiários da Previdência recebe em torno de um salário mínimo, diz Renan Pieri, professor da FGV.

Ele acrescenta que a alta no piso salarial encarece a mão de obra no mercado de trabalho, o que pode provocar aumento do desemprego e da informalidade, e que o reajuste pode provocar **inflação**. Todos ganham mais, os produtos ficam mais caros porque há mais procura, e a **inflação** aumenta na sequência.

O lado bom do reajuste: Por outro lado, o aumento real do salário mínimo é apontado por economistas como um dos principais instrumentos para estimular o

incremento na renda das famílias. Foi importante como política de distribuição de renda e gerou benefícios para a classe média baixa nos governos do PT , diz Keller, da Una Partners.

Como reajustes afetam os gastos previdenciários? Segundo cálculos de Simão Silber, professor de economia da USP, o salário mínimo em termos reais aumentou 170% desde 1994.

Isso pressiona a aposentadoria, tanto no setor público como no privado. Começou a crescer a uma taxa de duas a 2,5 a arrecadação; o governo teve que se endividar e aumentar a carga tributária para enfrentar a despesa , diz.

Qual seria a melhor regra para o salário mínimo? Os economistas afirmam que não há uma regra perfeita. O salário mínimo é uma referência. Deveríamos estar discutindo o que realmente afeta a produtividade e poderia melhorar o salário das pessoas lá na frente, como educação , diz Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores. Mas isso demora e não traz retorno no curto prazo.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/28/entenda-a-polemica-do-reajuste-do-salario-minimo-na-campanha-presidencial.htm>

ONU cobra ação do Brasil contra o efeito estufa

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) divulgou, ontem, o relatório Lacuna de Emissões 2022, que avalia anualmente os esforços dos países para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. O documento destaca que a previsão de aquecimento da temperatura do planeta quase dobrou e que os países fracassaram em cumprir metas de redução de carbono.

O levantamento foi anunciado pela ONU duas semanas antes da abertura da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 27, que ocorrerá em Sharm el-Sheikh, no Egito. O relatório traz um resumo dos últimos compromissos dos países signatários do Acordo de Paris. O pacto firmado entre 195 países busca limitar, até o final do século, o aumento médio da temperatura global em menos de 2°C em relação ao período pré-industrial. Mantidas as políticas climáticas atualmente em curso, a temperatura deve subir 2.8°C (na comparação com a média pré-industrial).

Para a ONU, o Brasil seguiu na direção oposta: diminuiu, em 2020, a ambição de reduzir emissões de gases de efeito estufa. O país é considerado um ator importante na batalha para evitar a catástrofe climática, diante do peso do desmatamento da Amazônia na alta de emissões. Especialistas apontam que manter a floresta em pé é uma das medidas mais viáveis para conter rapidamente as mudanças climáticas sem a necessidade de investimentos gigantescos ou perdas de Produto Interno Bruto (PIB). Isso porque as atividades que levam à destruição da floresta, como o garimpo ilegal ou a venda irregular de madeira, são pouco relevantes para a balança comercial brasileira.

Nos últimos anos, porém, o bioma tem visto uma escalada das taxas de devastação e dos incêndios, o que fez o governo Jair Bolsonaro ser alvo de cobrança interna e no exterior. Representantes do mercado estrangeiro também ameaçam impor sanções aos produtos do agronegócio brasileiro ou exigir certificados de origem limpa como forma de pressionar pela queda no desmate.

O relatório do Pnuma exemplifica e detalha o tamanho do problema e sugere saídas para evitar a catástrofe climática. Um dos pontos críticos é a defasagem entre o que os países se comprometeram a fazer e o que

estão fazendo de fato. Desde a Cúpula do Clima (COP-26), em Glasgow (Escócia), no ano passado, os compromissos voluntários assumidos pelas nações para cortar emissões foram responsáveis pela remoção de apenas meia gigatonelada de dióxido de carbono equivalente (CO2e) da atmosfera, menos de 1% das emissões que devem ser lançadas em 2030, data limite para que países como o Brasil e os Estados Unidos cortem pela metade suas emissões. A União Europeia tem meta de diminuir 55%.

Conforme o Pnuma, a maior parte dos países do G-20 começou recentemente a implementar seus planos de reduções. Coletivamente, é esperado que a meta não seja atingida sem uma mudança expressiva de rumo. Para a agência, a crise climática exige uma rápida transformação das sociedades nos setores de fornecimento de eletricidade, da indústria, do transporte, de construção, alimentos e finanças. O organismo salienta que a única maneira de limitar os piores impactos da crise climática é uma "rápida transformação da sociedade".

"A tendência de queda nas emissões esperada para 2030 mostra que as nações fizeram algum progresso neste ano", disse Simon Stiell, secretário-executivo da agência da ONU para Mudanças Climáticas. Na COP-26, os Estados-Membros concordaram em elevar a metas. No entanto, a agência estima que mesmo que as atuais ações fossem cumpridas integralmente até 2030, ainda resultariam em um aumento no aquecimento global de 2,5°C. Cientistas alertam que o aumento de 1°C já tem causado grandes desastres climáticos, como queimadas, inundações e tempestades.

Glasgow

O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, chegou a afirmar, neste mês, que o Brasil levará parte da solução para a crise energética que o mundo vive à COP-27. "Temos a possibilidade de mostrar um Brasil real, mais sustentável, especialmente em relação às energias. Essa conferência vai olhar muito para a energia, que é um desafio global com a crise energética que está ocorrendo. Nossa energia está sendo olhada pelos outros países como uma oportunidade de investimento. O que temos desenhado como estratégia é levar o Brasil às energias verdes e às oportunidades de consumo

dessa energia", disse o ministro.

No ano passado, em Glasgow, o Brasil anunciou o compromisso de mitigar 50% de suas emissões de gases de efeito estufa até 2030. No documento Diretrizes para uma Estratégia Nacional para Neutralidade Climática, divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, foram estabelecidas novas metas intermediárias, como a de reduzir o desmatamento ilegal, a partir de 2022, em 15% ao ano até 2024; 40% em 2025 e 2026; e pela metade em 2027, até atingir o compromisso de zerar o desmatamento ilegal em 2028.

Espera-se que uma transformação global para uma economia de baixo carbono exija investimentos de, pelo menos, US\$ 4 trilhões a US\$ 6 trilhões por ano. Esta é uma parcela relativamente pequena (1,5% a 2%) do total de ativos financeiros administrados, diz o relatório, mas ainda assim mobilizar esses recursos exigirá mudanças fundamentais no mercado financeiro global.

Há alguns avanços em curso. Em relatório publicado nesta semana, a Agência Internacional de Energia afirmou que os investimentos em energia limpa atingiram US\$ 1,3 trilhão - superando o montante reservado para combustíveis fósseis, que receberam cerca de US\$ 1 trilhão.

TSE acelera retirada de conteúdos falsos na reta final do segundo turno

Mateus Vargas e José Marques Brasília

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ampliou o número de decisões tomadas contra conteúdos falsos ou descontextualizados nas últimas semanas antes do segundo turno das eleições.

A partir de pedidos das campanhas do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os ministros têm ordenado a exclusão de publicações das redes sociais ou a interrupção de propagandas com ofensas, além daquelas que apresentam informações falsas ou distorcidas sobre o adversário.

A maior parte dos conteúdos vetados pelos ministros da corte ataca Lula.

A campanha de Bolsonaro, porém, obteve decisões nas últimas semanas para estancar o prejuízo político da repercussão de entrevistas em que ele mesmo havia dito que estava disposto a comer carne de um indígena morto; e, em outro caso, que "pintou um clima" ao se encontrar com adolescentes venezuelanas.

De 14 a 24 de outubro, o número de decisões para retirada de fake news contra Lula subiu de 37 para ao menos 64 (alta de 73%). No mesmo período, Bolsonaro ampliou de 6 para ao menos 25 (alta de 317%) decisões obtidas em casos de suposta desinformação.

Em balanço divulgado em 10 de outubro pelo órgão, a campanha de Lula havia apresentado 67 pedidos ligados a fake news e conseguido 34 decisões favoráveis (51% do total). Já Bolsonaro havia ido 7 vezes ao tribunal no mesmo período, conquistando 6 retiradas de conteúdo (86% do total). O tribunal, porém, não tem esse placar atualizado ou número de ações apresentadas por cada campanha.

Em balanço divulgado em 10 de outubro pelo órgão, a campanha de Lula havia apresentado 67 pedidos ligados a divulgação de fake news e conseguido 34 decisões favoráveis. Já Bolsonaro havia ido 7 vezes ao tribunal no mesmo período, conquistando 6 retiradas de conteúdo.

Nas últimas semanas, o tribunal vetou propagandas de

Lula que acusam Bolsonaro de ligação com o crime, "rachadinha", negligência na pandemia e chamam a distribuição das emendas do relator do Orçamento de "bolsolão" e "maior esquema de corrupção da atualidade".

O presidente também conseguiu derrubar publicações nas redes sociais de Lula sobre o plano do ministro Paulo Guedes (Economia) -revelado pela Folha-para flexibilizar a correção do salário mínimo e das aposentadorias.

Nesse caso, a campanha do atual presidente da República disse que a tese de que o benefício poderia ser reduzido é "falsa, irreal e mentirosa".

Já Lula derrubou mais de uma propaganda de Bolsonaro, além de posts nas redes sociais, que o chamavam de "ladrão" e o associavam a ditaduras, como a da Nicarágua.

Ainda conseguiu decisão para remover posts do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) que mostravam legenda editada de um discurso de Lula trocando a palavra "asfaltozinho" dita pelo petista, por "assaltozinho".

O TSE também mandou a campanha de Bolsonaro parar de associar Lula ao tráfico e deixar de afirmar que o boné com a sigla "CPX" uma abreviação de "complexo", faz referência ao crime.

Os ministros ainda derrubaram post com montagem falsa afirmando que Lula beijou a boca de crianças.

Em outra decisão, o corregedor-geral do TSE, Benedito Gonçalves, aceitou pedido da campanha do petista para desmonetizar canais bolsonaristas e vetar o lançamento de um documentário da produtora Brasil Paralelo sobre a facada sofrida pelo chefe do Executivo em 2018.

No último dia 20, o TSE aprovou uma resolução para endurecer a atuação contra fake news nas redes sociais. O teor da norma foi revelado pela Folha um dia antes.

A medida ampliou os poderes do presidente do tribunal, Alexandre de Moraes, no controle a esse tipo de conteúdo. Ele pode, entre outros pontos,

determinar a suspensão do acesso aos serviços de uma plataforma que descumprir decisões da corte.

A resolução foi contestada pela PGR(Procuradoria-Geral da República) no STF (Supremo Tribunal Federal). O tribunal, porém, negou o pedido.

Acusações entre os candidatos também têm rendido concessões de direitos de resposta pelos ministros do TSE.

Na última semana, por exemplo, foi concedida ao chefe do Executivo uma parte da propaganda em bloco do petista na TV para rebater acusações sobre as emendas de relator e **inflação**, entre outros temas.

No outro lado, os ministros também determinaram que o deputado federal eleito Nikolas Ferreira (PL-MG) deve publicar nas redes sociais uma manifestação de Lula sobre vídeo que o associa às drogas, ditaduras, perseguição religiosa e homicídios.

O TSE já concedeu outros direitos de resposta para Lula e para Bolsonaro na propaganda de rádio e televisão. O candidato do PT ainda ganhou aval para responder a acusações feitas por comentaristas da Jovem Pan.

O plenário do TSE ainda firmou entendimentos sobre a atuação contra as notícias falsas ou descontextualizadas, e ministros têm seguido essas posições, ainda que em alguns casos discordem delas.

A ministra Maria Claudia Bucchianeri, por exemplo, afirma em votos que defende o "minimalismo judicial em tema de intervenção no livre mercado de idéias políticas".

Ela aponta, porém, que o plenário da corte firmou orientação de "atuação profilática da Justiça Eleitoral".

"Ante todo o exposto, ressalvo meu entendimento pessoal sobre o conteúdo aqui questionado, submeto-me ao olhar do colegiado e julgo procedente a representação", escreveu a ministra ao conceder direito de resposta a Lula em inserções na TV no último dia 19.

O tribunal também fixou a posição de que as campanhas não podem ligar os candidatos a casos de corrupção.

Na terça (25), a ministra Isabel Galotti afirmou, ao dar aval para uma resposta de Bolsonaro na TV, que o colegiado do TSE decidiu que "para esta eleição a imputação de crime e escândalo de corrupção a candidato sem prévia análise , com a observância do

contraditório e da ampla defesa, pelo Poder Judiciário, não deve ser admitida na propaganda eleitoral"

"Para esta eleição a imputação de crime e escândalo de corrupção a candidato sem prévia análise, com a observância do contraditório e da ampla defesa, pelo Poder Judiciário, não deve ser admitida na propaganda eleitoral" Isabel Galotti ministra do TSE

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50078>

BC: taxas de juros seguem em patamar elevado

Agência Brasil

A taxa média de juros das concessões de crédito livre e direcionado teve leve queda no mês passado, mas mantém a tendência de alta em 12 meses, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nessa quinta-feira (27) pelo Banco Central (BC). A taxa alcançou 28,6% ao ano em setembro, redução de 0,2 ponto percentual no mês e alta de 7 pontos percentuais em 12 meses.

A alta dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, está em seu maior nível desde janeiro de 2017, em 13,75% ao ano. Na quarta-feira (26), o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a Selic nesse mesmo patamar.

Essa foi a segunda vez seguida em que o BC não mexe na taxa, que permanece nesse nível desde agosto. Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. A Selic é o principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de **inflação**.

A entidade avalia que a alta na Selic tem sido repassada para as taxas finais de diferentes modalidades de crédito e não descarta a possibilidade de novos aumentos, caso a **inflação** não caia como o esperado. A elevação da taxa básica ajuda a controlar a **inflação**, porque causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, contendo a demanda aquecida.

No crédito livre para as famílias, a taxa média de juros chegou a 53,7% ao ano, com recuo de 0,3 ponto percentual em relação a agosto e aumento de 12,5 pontos percentuais em 12 meses. Nas contratações com empresas, a taxa livre subiu 0,2 ponto percentual no mês e cresceu 5,9 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 22,9% ao ano.

Para pessoas físicas, o destaque do mês foi o cheque especial, com alta de 6,2 pontos percentuais em setembro e 5 pontos percentuais em 12 meses, indo para 134,6% ao ano. Já o crédito consignado teve elevação de 0,3 ponto percentual no mês e 6,4 pontos percentuais em 12 meses (25,4%). Por outro lado, os

juros do crédito pessoal não consignado caíram 3,7 pontos percentuais no mês de setembro e aumentaram 4,3 pontos percentuais em 12 meses (81,7% ao ano).

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=123385>

Famílias estão mais endividadas

Dados divulgados pelo Banco Central (BC), ontem, apontam que o comprometimento da renda das famílias brasileiras com dívidas chegou a 29,4% em agosto, maior índice da série histórica, iniciada em 2005. Em julho, o comprometimento de renda das famílias estava em 28,6%.

O BC indicou ainda que, em agosto, 52,9% das famílias tinha alguma dívida, o segundo maior patamar da série histórica, só atrás de julho, quando 53,2% das famílias estavam nesta situação.

Segundo os dados da autoridade financeira, a inadimplência também cresceu. O percentual de pessoas que não conseguem pagar as contas no prazo correto em agosto estava em 5,7%, maior patamar desde agosto de 2017. Em agosto, a inadimplência estava em 5,6%.

Renato Baldini, chefe adjunto do departamento de estatísticas do BC, explica que a autoridade monetária calcula o volume de crédito tomado pelas famílias em relação à renda anual para mensurar o endividamento. A elevação desse percentual reflete o aumento dos financiamentos de veículos, habitacionais e créditos de curto prazo.

Em agosto, o índice apresentou um leve recuo de 0,3 ponto percentual em relação ao medido em julho. Mas no acumulado, está avançando. Foram 2,5 p.p. nos últimos 12 meses. "Se pegar um período mais longo, reflete uma busca maior de acesso aos produtos de crédito pelas famílias".

Perfil da dívida Já o comprometimento de renda mede o quanto da renda é usada mensalmente para o pagamento dos compromissos financeiros junto aos tomadores de crédito.

Baldini lembra que ele é afetado pela renda em si "quando a renda aumenta, proporcionalmente os gastos com crédito tendem a ocupar uma proporção menor e quando a renda diminuiu acontece o contrário" e também pelo perfil da dívida, em relação ao nível da taxa de juros e duração do financiamento.

"As pessoas físicas tomaram recursos em maior escala mais para liquidez do que consumo efetivo, corroborando com o esgotamento do fluxo de caixa e orçamento das famílias diante da alta **inflação**, juros elevados e endividamento acentuado" diz Nicola Tinga, economista- chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento

(Acrefi).

Pesquisa mostra que a inadimplência também aumentou

Site: <https://www.folhape.com.br/educacao-imprensa/2258/28-10-2022/>